

## SUMÁRIO

NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO .....	9
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO .....	11
NOTA PRÉVIA À PRIMEIRA EDIÇÃO .....	13
ABREVIATURAS .....	15
INTRODUÇÃO .....	19
1. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO EXECUTIVO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA LEI .....	25
1.1 Delegação sem previsão constitucional .....	27
1.2 Delegação com assento constitucional .....	28
1.3 Função legislativa decorrente de atribuição .....	32
2. PODER EXECUTIVO E FUNÇÃO LEGISLATIVA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 .....	41
3. ANTECEDENTES .....	49
3.1 Medida provisória e Decreto-lei .....	51
3.2 Medida provisória e <i>Decreto-legge</i> .....	54
4. PROCEDÊNCIA E VEÍCULO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS .....	59
4.1 Procedência .....	59
4.2 Veículo de edição .....	61
5. NATUREZA JURÍDICA .....	63



6. PRESSUPOSTOS PARA EDIÇÃO .....	80
6.1 Caracterização dos pressupostos materiais.....	82
6.2 Precisão dos conceitos de relevância e urgência.....	88
7. MATÉRIAS SUSCETÍVEIS DE TRATAMENTO PELA MEDIDA PROVISÓRIA.....	101
8. TEMPO DE EFICÁCIA.....	148
9. CONTROLE PARLAMENTAR DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS ..	173
9.1 Conversão e competência do plenário .....	174
9.2 Controle político ou jurídico? .....	183
9.3 Possibilidade de reedição .....	185
9.4 Lei de conversão e veto.....	199
9.5 Poder de emenda .....	203
9.6 Procedimento de conversão .....	208
10. CONTROLE JUDICIAL DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS .....	214
11. OUTROS ASPECTOS .....	241
11.1 Medidas provisórias nos Estados-Membros e Municípios ..	241
11.2 Possibilidade de regulamentação .....	245
11.3 Proposta de emenda à Constituição.....	245
PARA CONCLUIR.....	255
BIBLIOGRAFIA .....	257
ANEXOS.....	271
1. Resolução 01/2002, do Congresso Nacional.....	273
2. Decreto 4.176/2002.....	279
3. PEC 511/2006.....	302